

ESTUDOS DE GÊNERO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL

José Alejandro Barrios¹

Julie Schmied²

RESUMO

O artigo transita pelo campo dos estudos de gênero e das relações internacionais, articulando a análise proposta na perspectiva do feminismo histórico e apresenta uma reflexão da história e da prática da cooperação internacional para o desenvolvimento, destacando o papel do gênero como categoria de análise e como inspiração epistemológica para repensar a relação entre os atores no sistema internacional. No texto busca-se relacionar teoricamente o campo de estudos de gênero com a cooperação internacional, que apesar de bases epistemológicas diferentes, propõe o trinômio gênero-poder-política para abordar a cooperação. A ideia é utilizar o debate feminista sobre a mulher como ator social e histórico, enfatizar sua dimensão como agente de desenvolvimento, sublinhando a importância deste olhar para produzir resultados orientados pelo gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; relações internacionais; cooperação internacional.

ABSTRACT

This article transit through the fields of gender studies and international relations, articulating the proposed analysis through the perspective of historic feminism and presents a reflection of the history and practice of international cooperation for development, highlighting the role of gender as a category of analysis and as an epistemological inspiration for rethinking the relations among the actors in the international system. The article seeks to theoretically link the fields of gender studies and international cooperation, and, despite its epistemological differences, propose a trinomial gender-power-policy approach to international cooperation. The idea is to use the feminist debate regarding the woman as a social and historical actor, emphasizing their dimension as an agent of development and it also stresses the importance of this approach to produce gender-oriented results.

KEYWORDS: Gender; international relations; international cooperation

1. Introdução

¹ Mestrando bolsista no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multilaterais da Universidade de Brasília, contato em ale.ri.barrios@gmail.com

² Professora adjunta do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Catedrática Jean Monnet da União Européia no Centro de Estudos Avançados Multilaterais, contato em schmied@unb.br

O presente artigo é uma reflexão, inspirada pela epistemologia feminista, particularmente na perspectiva do gênero como categoria de análise, sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento. No texto busca-se relacionar teoricamente o campo de estudos de gênero com a cooperação internacional, propondo o trinômio gênero-poder-política para abordar a cooperação.

Os conceitos utilizados neste artigo permitem o debate pela via interdisciplinar, mas considerando a polissemia presente nas ciências sociais um dos desafios metodológicos da pesquisa é a delimitação dos conceitos utilizados. Nesse sentido gênero é entendido como uma categoria de análise, o poder como um instrumento de interpretação e a política como uma dimensão da vida social na qual se inserem as relações internacionais e a cooperação internacional.

O que motivou a fazer este exercício foi certo incomodo encontrado pelo autor nas abordagens convencionais das relações internacionais, guarda-chuva proposto para pensar a cooperação internacional, fundadas em uma pressuposta neutralidade em relação às questões de gênero (*gender free*). Por sua vez, os estudos de gênero não operam sobre a mesma base epistemológica e ontológica das teorias de relações internacionais e, portanto, podem contribuir e produzir uma visão diferente, ou expandida dos eventos internacionais.

A ideia é utilizar o debate feminista sobre a mulher como sujeito universal, como ator social e histórico, enfatizando a dimensão da mulher como agente do desenvolvimento. Inspirada por esta linha de pensamento, a relação entre gênero e desenvolvimento também é utilizada no trabalho para sublinhar a importância da perspectiva do gênero em ações de cooperação internacional.

A metodologia utilizada neste artigo foi do tipo exploratória e descritiva, que por sua vez assumiu também um caráter explicativo, na medida em que se coloca gênero como categoria de análise para intervir na realidade de uma prática internacional. A pesquisa foi definida como bibliográfica, e utilizou o método indutivo e discursivo, iniciando-se pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca do campo de gênero e cooperação internacional em termos de teoria.

O texto foi dividido em três partes. Esta primeira parte é introdutória e visa apresentar a proposta de análise, situar o gênero como um instrumento de desenvolvimento e oferece um breve resumo da questão da mulher nas relações internacionais. A segunda parte apresenta o marco teórico e conceitual do artigo, desenvolve, define e problematiza os conceitos que fundamentam a análise proposta, no

quadro de suas respectivas escolas de pensamento. A parte final conclui, sem finalizar, a linha de pensamento desenvolvida ao longo do texto.

1.1 Um breve olhar sobre a questão da mulher nas relações internacionais

É interessante notar que a questão da mulher não é um tema excluído pelos Estados na agenda política global, pelo menos desde a segunda metade do século XX, tornando-se este um espaço importante de articulação entre os vários atores.

No plano internacional existem diversos instrumentos multilaterais como a Carta das Nações Unidas de 1945, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, CEDAW (Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) de 1979, as Conferências Mundiais sobre a Mulher, a Declaração do Milênio das Nações Unidas e ainda os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, dos quais a terceira meta é a igualdade entre os gêneros e autonomia da mulher (WORLD BANK, 2012).

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003, a igualdade de gênero é um instrumento importante para a consecução dos objetivos do milênio, os quais incluem questões de saúde, erradicação de pobreza e fome, expansão da educação, e outras metas sociais (PNUD, 2003). Não é difícil perceber que as questões levantadas pelos estudiosos da desigualdade entre os sexos fazem parte do discurso oficial de instituições e países. Há um espaço na agenda internacional para trabalhar a dimensão do gênero nas políticas. Não é apenas uma questão de transversalizar essa abordagem, mas de operacionalizar políticas públicas, tanto internacionais quanto nacionais, que produzam resultados orientados pela perspectiva do gênero.

Podemos nos perguntar qual a importância de estudar o gênero na cooperação internacional, já que a cooperação seria uma política focada em uma população específica, em um quadro de referências neutras em termos de gênero? Busca-se enfatizar neste artigo como o campo de estudos da cooperação internacional, na perspectiva das teorias das relações internacionais, não considera os conflitos de gênero em seu *mainstream*, justificando a necessidade de dialogar com os estudos de gênero.

Como colocado pelas Nações Unidas (UNIFEM, 2003), a superação da desigualdade de gênero contribui bastante para o problema da pobreza. As mulheres, enquanto excluídas da educação primária, secundária, universitária e do próprio mercado de trabalho formal não participam do processo de desenvolvimento da sociedade.

Por outro lado, é importante considerar que o crescimento econômico, por si mesmo, não significa uma superação das desigualdades de gênero. É necessário assegurar a autonomia econômica das mulheres. Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, a mulher é vista como um “agente do desenvolvimento”, a partir do reconhecimento da participação e liderança política, econômica e social das mulheres como atores importantes no processo de mudança social (SEN, 2010).

Entretanto, mesmo com os instrumentos internacionais e os avanços recentemente alcançados no campo da desigualdade dos sexos, as mulheres ainda ficam atrás em termos de salários e produtividade e na força de sua voz na sociedade. Ou seja, os padrões de desigualdades de gênero continuam sendo reproduzidos, fortalecendo a necessidade de sua superação como um objetivo que importa no desenvolvimento (WORLD BANK, 2012). Esta é a principal argumentação para institucionalizar o gênero como categoria de análise dentro da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Dados do Relatório de Desenvolvimento Global (2012) ilustram que em termos de produtividade as mulheres representam 40% da força global de trabalho, sendo 43% da força de trabalho na agricultura e mais da metade dos estudantes universitários. Qual seria o impacto do aumento de suas habilidades? Exemplos em Gana ou Malauí, nos quais se as mulheres tivessem o mesmo acesso a fertilizantes e outros insumos que os homens, a plantação de milho cresceria quase seis vezes em termos de produção (WORLD BANK, 2012) ilustram a necessidade de produzir resultados no orientados pelo viés do gênero.

Outro dado importante é a taxa de mortalidade de meninas e mulheres, que em relação aos homens é maior em países de baixa-renda e renda-média do que em países de alta-renda. Tal excesso de mortalidade é conhecido na literatura como “*missing girls*” (ou mulheres faltantes), ou seja, mulheres que não morreriam se estivessem morando em um país de alta-renda (SEN, 2010). O Banco Mundial (2012) estima um total de 3.9 milhões de mortes ao ano, de mulheres abaixo dos 60 anos de idade, dentro de essa categoria.

Partindo da premissa de que o gênero molda o comportamento da sociedade, economia ou política, pergunto-me como tentar inserir estudos de gênero, em sua dimensão de categoria de análise e de instrumento para o desenvolvimento, enfatizando sua especificidade epistemológica e teórica, no campo de estudos da cooperação internacional para o desenvolvimento?

O trinômio gênero-poder-política (internacional) aproxima as disciplinas ao objeto de estudo proposto, e abre possibilidades para outras maneiras de se pensar as relações sociais, relação sociedade/Estado, o próprio sistema internacional e outros conceitos centrais às disciplinas aqui estudadas.

A cooperação internacional, entendida como uma estratégia de política internacional, vinculada às relações de poder do Estado e da sociedade, não deixa de ser uma política pública. Neste ponto o gênero, como proposto pelo feminismo histórico (SCOTT, 1990), também situado no âmbito das relações de poder, coloca desafios à cooperação internacional bastante específicos.

2. Marco teórico e conceitual

Devido à natureza interdisciplinar do artigo, optou-se por enfatizar a descrição dos conceitos utilizados no texto e por apresentar ao público, nesta segunda parte do artigo, como tem sido trabalhado os estudos feministas nas relações internacionais, as principais dificuldades dessa aproximação, bem como a definição do marco teórico sobre gênero e cooperação internacional.

2.1 Os feminismos nas relações internacionais

Em relações internacionais o impacto de estudos feministas foi mais tardio do que nas demais ciências sociais (NOGUEIRA & MESSARI, 2005), mas com o fim da Guerra Fria (1989-1991) e o resurgimento de conflitos de limpeza étnica, onde o estupro de mulher se tornava instrumento de guerra, a disciplina teve que lidar com a relevância da categoria de gênero na política internacional.

Um dos principais motivos para a falta de diálogos entre as perspectivas feministas contemporâneas e as teorias relações internacionais são as epistemologias e ontologias diferentes. Muitas vezes tais perspectivas feministas não se encaixam na visão tradicional centrada no Estado, e não podem ser sequer compreendidas pelas relações internacionais convencionais como uma proposta teórica (IDEM).

Já no final dos anos 1980 começam a aparecer abordagens feministas nas relações internacionais (TICKNER, 1997). Esse movimento foi bastante problemático e pouco

reconhecido e não entraram no *mainstream* da disciplina, ficando marginalizada dos grandes debates.

Tickner (1997) identifica três tipos de mal-entendidos nas questões colocadas quando se dialoga o gênero e as relações internacionais: (i) sem entendimento do significado de gênero, (ii) as diferentes realidades e ontologias nas quais ambas as abordagens teorizam a política internacional e (iii) a questão epistemológica que questiona a produção teórica feminista como a-teórica. Neste sentido este estudo visa contribuir com a promoção do significado de gênero nas relações internacionais e ilustrar algumas das diferenças epistemológicas colocadas pela autora.

Continuando com a mesma autora, abordagem de gênero nas relações internacionais é, portanto, ameaçadora, pois coloca desafios epistemológicos que não conseguem ser compreendidos pelas teorias convencionais, centradas em uma epistemologia positivista e humanista. Será que as relações de gênero ficam restritas às relações interpessoais, ou seja, apenas nas relações sociais e não nas relações internacionais?

O feminismo define o gênero, no nível simbólico, como um conjunto de variáveis cultural e socialmente construídas – como poder, autonomia, racionalidade, público – relacionadas ao masculino. Seus opostos, fraqueza, dependência, emoção, privado, são associadas com o feminino. Não há dúvidas sobre quais valores está fundada a prática das relações internacionais em geral e da cooperação internacional em particular. Guerras, tratados, reuniões de cúpula, forças armadas, são todas instituições dominadas pelo universo masculino.

As relações internacionais estão fundamentadas em uma ontologia baseada no Estado unitário operando em um ambiente internacional anárquico (NOGUEIRA & MESSARI, 2005), enquanto o feminismo coloca o Estado como um valor ligado ao masculino, patriarcal (TICKNER, 1997). O que será da cooperação, enquanto prática de política externa de esse Estado patriarcal? Seria mais razoável usar o termo assistência internacional para as políticas internacionais dos países desenvolvidos?

O feminismo em relações internacionais concebe a tradição filosófica ocidental como profundamente enraizada em assunções masculinas e propõe o reexame dos textos fundadores das relações internacionais para evidenciar o viés presente de gênero (IDEM). Neste sentido, todas as formas de teorização feminista também são normativas, por ajudar a questionar significados e interpretações das teorias de relações

internacionais. Além disso, as teorias feministas são céticas quanto às metodologias empiristas que clamam a neutralidade dos fatos.

A influência do debate pós-estruturalista e pós-moderno nos feminismos é importante para compreender a base epistemológica do feminismo, por apontar que o conhecimento é social, cultural e historicamente construído. O sujeito do conhecimento nunca é um indivíduo capaz de transcender sua localização histórica. Quer dizer que não existe uma perspectiva neutra e imparcial e o conhecimento tem consequências políticas (SORJ, 1992).

Logo as perguntas que são feitas pela perspectiva do gênero sobre o sistema internacional são bem diferentes daqueles que investigam a interação dos Estados em uma perspectiva realista ou funcionalista/institucionalista, pois o fazem na perspectiva de quem está de fora do sistema, vozes marginalizadas, as quais se tornam essenciais para uma visão expandida da cooperação (TICKNER, 1997).

Um exemplo interessante das perguntas colocadas pelo feminismo nas relações internacionais é o questionamento do papel do Estado como provedor de segurança e a análise das capacidades militares de maneira diferente ou não convencional. Para Tickner (1997), os militares são vistos como a própria fonte de insegurança, ao invés de uma garantia contra ataque externo. Também enfatizam a questão dos estupros em situação de guerra. O estupro não é apenas um acidente de guerra, podendo ser também uma estratégia militar sistemática (TICKNER, 1997).

As inseguranças particulares da mulher não podem ser entendidas sem a perspectiva histórica do gênero. No tempo da consolidação do Estado moderno, e do próprio capitalismo, as mulheres não foram colocadas como cidadãs, sendo restringidas ao espaço privado do domicílio, excluídas da esfera pública da política e da esfera econômica da produção. A consequência disso foi uma perda de autonomia da mulher. Outra pergunta interessante e qual é o país onde as mulheres estão tão bem quanto os homens, ou qual país, fora aqueles que já eram desenvolvidos antes da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se desenvolvidos de fato com recursos de cooperação internacional?

Nesta linha de pensamento, o foco da análise da cooperação internacional não seria necessariamente os Estados membros de um determinado programa, ou o próprio programa em si, seus financiadores, doadores ou receptores, mas a população alvo e a análise de essa população na perspectiva do gênero.

2.2 O conceito de gênero

Optou-se por trabalhar o gênero na perspectiva do feminismo histórico e utilizar o conceito de Joan Scott (1990), pois está articulado com as relações de poder presente nas sociedades. Busca-se enfatizar a relação gênero-cooperação internacional na medida em que ambos os campos constituem relações de poder que produzem resultados em termos de gênero.

Assim, por meio da política, na sua concepção moderna, entendida como uma luta por poder, poder que pertence à categoria de “poder um homem sobre outro homem” (BOBBIO & PASQUINO, 1997), que se expressa de várias maneiras, como na relação entre o masculino e o feminino ou um Estado e outro, gênero e cooperação se encontram como práticas socialmente construídas. Para Bobbio, o poder político é um instrumento pelo qual se exerce a força física, é o poder de coerção, que fundamenta e mantém uma sociedade de desiguais, divida entre inferiores e superiores (BOBBIO & PASQUINO, 1997). Nesse sentido o poder está na capacidade de condicionar comportamento.

Na tradição que vem de Hobbes, um dos pilares da moderna teoria geral do Estado, a passagem do estado de natureza ao estado civil ocorre quando os indivíduos renunciam ao direito de usar sua própria força, através de um contrato social (IDEM). Na perspectiva do gênero, o mundo masculino tem sido violento e usado força contra o mundo feminino. Não é a exclusão uma forma de violência? E não é a capacidade de excluir uma forma de força? Essa desigualdade é uma consequência direta da monopolização da força?

Continuando com Bobbio (1997), o que diferencia o poder político dos outros poderes, e o que parece contribuir com a desigualdade entre os sexos, são as características de exclusividade, universalidade e inclusividade do poder político, das quais decorrem, respectivamente, outras como legalidade, legitimidade e intervenção. A política não tem um fim específico, existem tantos fins quanto podem existir metas (BOBBIO & PASQUINO, 1997).

Neste sentido, a perspectiva de gênero na política é importante porque a equidade de gênero busca igualar o terreno das oportunidades para homens e mulheres (COSTA, 2000). É um instrumento essencial no desenvolvimento de políticas, sejam elas nacionais ou internacionais (IDEM).

O primeiro ganho do feminismo em relação ao gênero na academia foi a superação da equivalência dos termos sexo e gênero (MACHADO, 1992). O gênero é

essa construção social e histórica, que é simbólica e subjetiva, mas também objetiva e material. Os sexos são as características biologicamente determinadas, a parte fisiológica, resultado da composição dos cromossomos 46 XX ou 46XY (OPAS, 2011).

Podemos nos perguntar quais as influências materiais, reais do gênero na vida das pessoas? Por exemplo, por razões genéticas e de conduta, as mulheres vivem mais tempo que os homens – nos índices de expectativa de vida, as mulheres geralmente vivem mais (OPAS, 2011). No geral, a mortalidade masculina tende a exceder a feminina em qualquer idade, inclusive no útero. Mesmo assim, a vantagem da sobrevivência feminina não tem se materializado, e em alguns contextos (principalmente dos países em desenvolvimento, como o nosso) a vantagem biológica tem sido superada pelas condições de exclusão das mulheres (IDEM).

Neste sentido, o enfoque de gênero é uma contribuição importante para desnaturalizar e problematizar fenômenos e eventos políticos, ao questionar a assimetria das relações sociais (TICKNER, 1997). Foi um conceito que nasceu de um debate interdisciplinar, de pesquisadoras insatisfeitas com a questão da mulher na sociedade, da incapacidade de lidar com essas desigualdades em termos teóricos. Foi um movimento intelectual, que influenciado pelos feminismos dos movimentos sociais das mulheres, dos Estados Unidos e Europa, lançou um projeto acadêmico.

É importante sublinhar o ambiente filosófico, no qual a produção acadêmica inicial buscava uma inovação epistemológica, onde os sexos não fossem tratados como variáveis naturalizadas, e o conceito de gênero foi resultado dessa produção. A ideia de gênero está ligada a ideia de diferença e de desconstrução de hierarquias, centrais à epistemologia pós-estruturalista francesa, pelas quais a noção de gênero foi sendo reconstituída e passando por diferentes áreas como antropologia, sociologia, história linguística, psicanálise, dentre outras (SORJ, 2000).

Para Joan Scott (1990), o conceito foi proposto com o objetivo de sustentar que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares: acrescentaria novos temas e imporá um reexame crítico das premissas e critérios dos trabalhos científicos, como por exemplo, a necessidade de estudar não só a história dos homens, mas das mulheres também, criando uma nova história.

No entanto, as primeiras tentativas de historiadores teorizarem gênero estiveram presas aos quadros de referência tradicional das ciências sociais, baseado em explicações causas universais, colocando todas as mulheres juntas, de todas as

sociedades, classes, inclusive de diferentes períodos históricos, em um conceito que se pretendia universal (SCOTT, 1990).

Para a mesma autora, isso aconteceu por causa de uma visão funcionalista da ciência em geral, fundamentada em última análise na biologia e na perpetuação da ideia do homem e mulher como domínios separados (SCOTT, 1990).

O foco do conceito utilizado neste trabalho está em uma definição que se fundamenta na intersecção entre as duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder. As relações internacionais, como disciplina acadêmica, foram construídas para lidar com essas relações de poder das diversas sociedades. Que neutralidade existe, portanto, nessa disciplina acadêmica e nas teorias produzidas nesse campo em termos de gênero?

Assim sendo, a política é um objeto de estudo interessante para questões de gênero, pois é um lugar no qual não apenas atores diferentes lutam por interesses diferentes, mas onde significados diferentes também lutam entre si para assegurar o controle (DIAS, 1992). As próprias relações internacionais, em uma visão realista, são definidas por Morgenthau (apud VIOTTI & KAUPPI, 1997) como uma esfera autônoma de luta por poder.

Para as feministas a história política tem sido jogada no terreno do gênero, sendo um terreno que parece fixo, mas é fluido. A autora (SCOTT, 1990) coloca um exemplo romântico, dos anarquistas europeus do século XIX, que conceberam um sonho de um indivíduo social, que seria a união do homem e da mulher e visão de mundo na qual a diferença sexual não implicava hierarquia. Mas a pergunta que fica é será que o antagonismo entre os sexos é o único padrão de relacionamento entre homens e mulheres?

Não podemos perder de vista, nem mesmo nos projetos de cooperação que são preparados em locais distantes de onde serão executados, que todo corpo é sexuado, e que o gênero é um papel imposto para esse corpo, que tem excluído social e historicamente as mulheres do processo de desenvolvimento.

Esta seção buscou ilustrar o panorama da construção de um caráter historicamente definido da oposição entre masculino e feminino. Daí a rejeição por esse caráter fixo e permanente dessa oposição binária, da necessidade de uma desconstrução da diferença sexual, que significa reverter e deslocar a construção hierárquica da realidade, ao invés

de aceitá-la como real ou autoevidente e naturalizá-la. A seguir uma parte que se dedica ao estudo da cooperação internacional na perspectiva das relações internacionais.

2.3 A Cooperação internacional para o desenvolvimento

Em primeiro lugar cooperação internacional para o desenvolvimento neste trabalho é pensada como um instrumento que tem o potencial de transformar uma determinada realidade social. Essa possibilidade de intervenção acontece pela natureza político dessa prática, pois cooperação, quando exercida por Estados, não deixa de ser uma política pública.

Como foi dito, a cooperação é pensada no campo das relações internacionais, por ser um guarda-chuva para estudar e indagar sobre essa prática. As relações internacionais como disciplina científica data do começo do século XX, nasce engajada em estudos de guerra e paz, no período que sucedeu à Primeira Guerra Mundial (CARR, 2001), mas o seu desenvolvimento a colocou como um saber capaz de articular Estados, governos, organizações da sociedade civil, empresas e outros atores em torno do discurso da ajuda e da solidariedade internacional (SOTILLO, 2011).

Neste sentido, cooperação internacional é entendida como uma modalidade de relação entre países que perseguem um benefício mútuo, neste caso, o desenvolvimento. É estabelecida por países com níveis diferentes de desenvolvimento, e não deve ser confundida com a ajuda humanitária, pois exige um esforço de todas as partes, mesmo que não seja o mesmo (IDEM).

Mas não é possível deixar de problematizar essa definição, pois não há um conceito ajustado e completo, válido para todo o tempo e espaço da cooperação. Um elemento fundamental da definição é quais são as prioridades do desenvolvimento. As políticas desenvolvimentistas fizeram da cooperação um instrumento dependente das estratégias econômicas, então é uma questão de determinar prioridades (CORRÊA, 2010).

O que existe é uma definição da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), colocada pelo CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento), da OCDE (Organização para a Cooperação Desenvolvimento Econômico), definida como “os fluxos dirigidos aos países que figuram na Parte I da lista do CAD e as instituições multilaterais com destino aos receptores da ajuda da Parte II” (OCDE, 2012).

Para facilitar e ampliar a discussão, no presente artigo a ajuda oficial ao desenvolvimento é inserida dentro do termo cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo todas as categorias de cooperação existentes, como a cooperação técnica, cooperação sul-sul (entre países em desenvolvimento), cooperação triangular (entre três ou mais países ou organizações), podendo ser exercida por Estados, organismos internacionais e mesmo organizações não governamentais.

Um olhar histórico sobre as relações internacionais permite ilustrar como alguns dos elementos mais importantes do sistema internacional atual se consolidaram nos anos do pós-Segunda Guerra Mundial e no começo da Guerra Fria, o que concede uma lógica estratégica a esses elementos.

Nesse sentido, o mundo tem tratado a questão da diferença de forma inaceitável e a cooperação é um reflexo disso, pois contribui para criar (ou manter) situações de marginalidade (LOPES, 2005). Não existe um choque de civilizações, mas uma civilização humana, diversa e plural.

Embora o discurso da cooperação seja o do desenvolvimento, qual tem sido o resultado do crescimento econômico dos últimos 50 anos para os países pobres? A cooperação internacional, nos moldes que tem sido praticada não alcançou o desenvolvimento internacional.

Essa prática não é um fenômeno isolado no sistema internacional, está atrelada à ordem mundial, às relações de poder que se formam no sistema internacional, questões de hegemonia, disputas, conflitos. De acordo com Corrêa (2010), esse vínculo com o sistema internacional e com o campo de estudos de relações internacionais concede o caráter estratégico às ações de cooperação. Neste sentido, a cooperação se torna um instrumento de política externa dos Estados e são orientadas (e legitimadas) de acordo com um cálculo do interesse nacional (CORRÊA, 2010).

Não parece ser coincidência, mas o gênero e a cooperação internacional estão marcados por claras divisões binárias, fixas e congeladas. A cooperação internacional está marcada por categorias cristalizadas como doador ou receptor, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, na mesma racionalidade que foi construída a diferença entre os sexos. Essa fixidez com que as categorias são pensadas consolida uma realidade hierarquizada, em termos simbólicos e objetivos, que afetam a sociedade como um todo.

Outro termo pensado na mesma racionalidade foi o discurso do desenvolvimento, baseado no modelo econômico ocidental (SOTILLO, 2011). Tal modelo é baseado na sociedade de consumo e de recursos inesgotáveis (outra categoria fixa), na busca por

progresso constante, no humanismo do século das luzes (categoria fixa do sujeito universal Kantiano) e na técnica (modelo de pensamento). Será que nesta perspectiva podemos ver o determinismo no qual está construída a busca pelo desenvolvimento? A ideia do progresso/crescimento/desenvolvimento, como uma profecia para o futuro, pode ser enganosa, já que nem sempre existe um aperfeiçoamento crescente dos fatos históricos (HEIDEMANN, 2010).

Como prática política, a cooperação para o desenvolvimento surge no final da IIGM, com os programas regulares de assistência técnica mantida pelas potenciais coloniais europeias e depois pelos Estados Unidos no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa (CORRÊA, 2010).

Neste sentido a primeira medida no campo do desenvolvimento internacional foi o plano Marshall de 1947 (CORRÊA, 2010), com o objetivo de promover recursos para a reconstrução e revitalização econômica dos países europeus. Paralelamente, questões de desenvolvimento na configuração da ordem mundial também tiveram reflexo na agenda internacional, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, vinculando direitos humanos e desenvolvimento (LOPES, 2005).

A cooperação internacional continua uma prática cristalizada nos termos colocados acima. Ainda não foi inserida no marco da globalização e suas contradições e assimetrias, desigualdades entre e dentro dos países, bem como entre suas populações e menos ainda, entre os sexos.

Estamos falando do desenvolvimento de quem? Do Estado que recebe? De sua estrutura institucional ou da população que ele representa? E dentro dessa população específica, como se dá a relação entre os sexos? Uma perspectiva orientada pelo gênero, na cooperação internacional, considera esses fatores na formulação dos projetos e também na produção dos resultados.

3. Conclusão

Optou-se por uma conclusão não finalizada, justamente pela problemática desenvolvida ao longo do texto. Os resultados alcançados estão ainda no nível bastante reflexivo, em no nível teórico-conceitual, na medida em que é feito um esforço de contribuir com um olhar diferente sobre o objeto de estudo proposto.

Esse olhar crítico, inspirado pela epistemologia feminista, associado a um olhar crítico pós-estruturalista permite desconstruir categorias cristalizadas na cooperação

internacional, articulando diferentes saberes em uma estratégia para construir novas visões sobre o fenômeno.

Os desafios sugeridos por esta análise não são facilmente superados, dado o caráter histórico social, enfatizado ao longo do texto. Nas relações internacionais, podemos pensar que a nacionalidade (naturalidade) é uma forma primária de dar significado às relações de poder que atuam no sistema internacional.

As pesquisas de gênero dão forte ênfase à reflexão sobre a construção de identidades e os sujeitos modernos, propondo o abandono de categorias fixas de análise, totalizantes e universalizantes (MARQUES, 2004), que por sua vez podem ter implicações importantes na cooperação internacional.

Acredito que os desafios que surgem ao se pensar a cooperação internacional na perspectiva do gênero mostram que esse conceito realmente é importante como um instrumento de desenvolvimento. É uma perspectiva teórica que lutou primeiro para legitimar-se como uma linha de pesquisa no meio acadêmico e que, com o passar dos anos e dos esforços, pôde se institucionalizar como instrumento para formulação de políticas públicas.

O gênero atualmente é considerado um eixo transversal às políticas de desenvolvimento, no sentido de que deveria estar presente em vários programas (OPAS, 2011). A cooperação internacional por ser uma política pública também tem a urgência em incorporar as desigualdades de gênero as suas propostas. Na Declaração de Paris de 2005, (OCDE, 2005) acordo sobre a eficácia da ajuda do desenvolvimento, questões de gênero não aparecem mencionadas nem sequer uma única vez, nem quando se fala em harmonização e responsabilidade mútua da ajuda ao desenvolvimento.

Quero dizer que apesar da diferença epistemológica e ontológica entre as duas abordagens é razoável pensar em um modelo de possibilidade como enfoque na cooperação internacional. Em uma abordagem filosófica sobre as políticas públicas e as diversas possibilidades, Heidemann (2010) apresenta o conceito de ilusão do fato consumado, no qual as pessoas se tornam vítimas por considerar o passado, a história, tudo aquilo que aconteceu como a única coisa que poderia ter acontecido e o presente como o único resultado possível.

Por um modelo de possibilidade quero dizer que existem possibilidades objetivas de trabalhar de maneira conjunta os dois campos de estudos aqui descritos. O trinômio proposto para aproximar tais abordagens representa um modelo de possibilidade na medida em que visa aproximar teoricamente dois campos construídos em

epistemologias diferentes, mas vinculados mesmas às relações reais de poder, que se materializam de várias formas nas diversas sociedades.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política, vol.2. Editora Universidade de Brasília, décima edição. Bsb, 1997.

CARR, E. Vinte anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. UnB, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, 2º ed. 2001.

COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

COSTA, A. HAMANN, E. TAJER, D (org.). Saúde Equidade e Gênero: Um desafio para as políticas públicas. ABRASCO, UnB, 2000.

CORRÊA, M. Prática Comentada da Cooperação Internacional: Entre a hegemonia e a busca de autonomia. Edição do autor, Bsb, 2010.

DIAS, Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

HEIDEMANN, Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise, Heidemann & Salm (org). Editora UnB. Bsb, 2ed. 2010.

LOPES, Carlos. Cooperação e Desenvolvimento Humano: a agenda emergente para o novo milênio. UNESP, 2005.

NOGUEIRA, J. & MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARQUES, Siomara. O sujeito sociológico e a crítica feminista. In : Gênero, cultura e poder. Lisbôa & Maluf (org.). Ed. Mulheres, SC, 2004.

MACHADO, L. Feminismo, Academia e Interdisciplinariedade. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

OCDE. Organization for Cooperation and Economic Development. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/21/21/34086975.pdf> acessado em 19 de junho de 2012.

OCDE. Organization for Cooperation and Economic Development. Paris Declaration of Aid Effectiveness, 2005.

OPAS. Organização Panamericana da Saúde. Curso virtual Género y Salud. Oficina de Género, Diversidad y Derechos Humanos, 2011.x

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humana. PNUD, 2003.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SORJ, B. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C (org.). Uma questão de Gênero. SP: Fundação Carlos Chagas. RJ: Rosa dos Tempos, 1992.

SOTILLO, J.A. El sistema de cooperación para el desarrollo: actores, formas y procesos. Catarata, Universidad Complutense de Madri, Instituto Universtario de Desarrollo y Cooperación, 2011.

TICKNER, Anne. You Just don't understand: troubled engagements between feminists and international relations theorists. International Studies Quarterly, Vol. 40, n4, 1997.

UNIFEM. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Rumo à Igualdade de Gênero: CEDAW, Pequim e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2003.

VIOTTI, P. & KAUPPI, M. International Relations Theory: realism, pluralism, globalism and beyond. Boston: 1997.

WORLD BANK. World Development Report 2012: gender equality and development. The World Bank Group, 2012.